

Análise de Mídia - 07/02/2023

Comentário geral: O site Repórter Diário divulga entrevista ao RDTV dada pelo presidente do SindSaúdeABC (Sindicato dos Empregados dos Estabelecimentos Privados de Saúde do ABC), Almir Rogério da Silva, o Mizito, na qual ele afirma que desde 2016 cobra das prefeituras de Santo André, São Bernardo, São Caetano e Mauá, o pagamento do retroativo referente aos reajustes salariais que não foram aplicados aos salários dos trabalhadores da Fundação do ABC. Segundo Mizito, são cerca de 10 mil trabalhadores que estão com perdas acumuladas de cerca de 30% nos salários. Ações coletivas movidas pelo sindicato somam em torno de R\$ 150 milhões. As prefeituras sustentam que aplicam o reajuste dado aos servidores municipais, que é diferente da convenção coletiva do SindSaúdeABC.

A prefeitura de São Caetano diz que aplica os mesmos percentuais aplicados ao funcionalismo municipal. “São Caetano conta hoje com 1.488 funcionários vinculados ao SindSaúdeABC. O reajuste salarial desde 2017, ao menos até o último exercício, foi negociado em conjunto com os demais municípios instituidores da Fundação do ABC, visando uma política uniforme de remuneração dos profissionais da saúde. No período foram aplicados reajustes que variam de 4% a 5,07%. As ações são movidas diretamente em face da Fundação do ABC e é certo que em algumas delas a Justiça do Trabalho vem exonerando a entidade de realizar a aplicação das cláusulas econômicas das convenções coletivas ante a ausência de orçamento para tal. Contudo, tanto a entidade quanto a municipalidade estão realizando todos os esforços possíveis para aplicação dos reajustes nos mesmos percentuais aplicados aos funcionários públicos municipais”, informa nota da prefeitura.

Matéria do site Repórter Diário registra que o presidente da Câmara de São Caetano, Pio Mielo (PSDB), revogou a licitação realizada pelo seu antecessor, Tite Campanella (Cidadania), que visava a contratação de uma empresa de vigilância para a sede do Parlamento. Envolve questionamentos levados ao MP-SP (Ministério Público de São Paulo), o processo licitatório teve início em junho do ano passado. De acordo com o edital, o Legislativo contrataria uma empresa especializada em serviço de vigilância pelo período de 12 meses, pelo valor máximo de R\$ 1.279.212,52. Entretanto, tal trabalho já é exercido pela GCM (Guarda Civil Municipal), o que ampliaria os gastos aos cofres públicos. Em agosto, Tite, ainda como presidente da Câmara, homologou a empresa Kelson & Kelson

Vigilância Eireli, pelo valor de R\$ 720 mil, porém, a prestadora de serviço nunca chegou a atuar nas dependências da Casa.

O site ABC em OFF divulga vídeo no qual o prefeito de São Caetano, José Auricchio Jr., critica a decisão da direção nacional do PSDB de adiar as convenções municipais do partido, que escolhem as diretorias executivas de cidades e estados em nível nacional e estava marcada para o último dia 4. Auricchio diz que a decisão vai “contra a democracia” e os valores do PSDB.

Reportagem do Diário do Grande ABC registra que depois que o Ministério Público moveu ação civil pública para que a prefeitura de São Caetano melhorasse a estrutura dos serviços de assistência social, a administração fez “promessas à Justiça”. Segundo o jornal, a prefeitura se comprometeu a oferecer, no primeiro e segundo semestres de cada ano, três cursos profissionalizantes junto ao Sistema S aos adolescentes, ofertando, ainda, o Programa Agente Jovem semestralmente. O assunto também é tema de editorial (“A omissão de Auricchio”), no qual o jornal faz críticas à “inércia” do prefeito Auricchio e afirma que o Paço só se mexeu acionado pelo MP.

Outros destaques:

Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas passa sem nenhuma atividade no ABC – Site Repórter Diário - Santo André/SP.

Na volta às aulas, São Caetano lança aplicativo para entrega dos auxílios material e uniforme escolar – Site ABC em Off.

Tom geral do noticiário: negativo/neutro.

Necessidade de alguma ação? Não.

Veículo: Online -> Informe -> Informe Savannah